



Evento	Salão UFRGS 2017: XIII SALÃO DE ENSINO DA UFRGS
Ano	2017
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	O DIREITO À MORADIA E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA NO PROGRAMA INTEGRADO SOCIOAMBIENTAL DE PORTO ALEGRE: COMPARTILHANDO UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO CURRICULAR EM SERVIÇO SOCIAL
Autor	CARINA PORTAL DE OLIVEIRA
Orientador	SOLANGE DOS SANTOS SILVA

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar alguns resultados da experiência de Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), realizado no espaço sócio-ocupacional do Escritório de Gestão Participativa do Programa Integrado Socioambiental de Porto Alegre (EGP/PISA), considerando o registro das observações, experiências e reflexões, oportunas ao processo de estágio, sob supervisão profissional de assistente social e orientação acadêmica de docente. O Programa Integrado Socioambiental está vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG) e é resultado de um contrato entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tendo como público alvo do Programa, cerca de 1713 famílias cadastradas, que residem ou residiam no bairro Cristal, nas comunidades às margens do Arroio Cavalhada e Lago Guaíba. São elas: Vila Foz Cavalhada, Vila Icaraí I, Vila Icaraí II, Vila Campos Velho, Vila Nossa Senhora das Graças, Vila Ângelo Corso, Vila Barbosa Neto e Vila Hípica. A finalidade do Programa é garantir que todas as famílias afetadas pelas obras de saneamento e drenagem do município tenham moradia garantida, seja através de Bônus Moradia ou reassentamento em unidades habitacionais construídas em terrenos previamente desapropriados para este fim, na mesma região. O foco do trabalho do Escritório de Gestão Participativa está na questão habitacional e no direito à moradia, já que remove e reassenta famílias que necessitam desocupar área de obra pública. Observa-se no entanto que, por morosidade do poder público, a construção das unidades habitacionais não aconteceram conforme previsto, restando como alternativa às famílias o acesso ao benefício do Aluguel Social. O Bolsa Auxílio Aluguel Social está instituído pelo Decreto nº 18.576, de 25 de fevereiro de 2014 e atualmente é estabelecido pela Instrução Normativa DEMHAB Nº 2 de 05 de setembro de 2016, que diz no seu artigo 2º que: “O Aluguel Social é um benefício assistencial visando à transferência de recursos, através de Bolsa-Auxílio, para famílias de baixa renda, com o objetivo de custear a locação de imóveis por tempo determinado.” (DEMHAB, 2016). Esses fatos tornam-se ainda mais complexos ao considerar que quase 40% das famílias não poderão ser atendidas neste Programa em decorrência do término do contrato que o rege, previsto para dezembro de 2017. Os atendimentos costumam resultar no encaminhamento do Bolsa Auxílio Aluguel Social ou Bônus Moradia, instituído através da Lei nº 10.443, de 23 de maio de 2008. Nesse contexto, contribuir para a viabilização de moradia para as famílias que serão reassentadas, se constitui como estratégia de trabalho do Serviço Social, na perspectiva de garantia do direito à moradia. A experiência de estágio possibilita perceber as diversas expressões da questão social que se manifestam por meio de demandas individuais e coletivas dessa população na busca por acesso e condições de moradia. Esses motivos trazem a tona a importância da mobilização e organização comunitária no processo de reassentamento, e, em última instância no direito à moradia e a cidade. Conforme dispõe a Lei 8.662, de 1993 que regulamenta a profissão do Serviço Social pode-se aferir que é competência profissional das e dos assistentes sociais “elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil” (CFESS, 2011). Logo, coloca-se como desafio para a equipe técnica social do PISA, executar programas atuando na perspectiva de viabilizar a participação da sociedade civil no processo de reassentamento, pois, a mobilização comunitária não se mostra efetiva no interior dos programas que integram a Política Municipal de Habitação. Como resultado dessa experiência, a acadêmica propôs um projeto de trabalho que visa intervenção para a mobilização comunitária e a participação social no âmbito das competências profissionais do Serviço Social. Destaca-se ainda a relevância do projeto de intervenção na materialização das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, conforme objetivos do estágio para a formação em Serviço Social e agregando assim, o processo de formação da discente. O projeto tem como objetivo geral contribuir para o fortalecimento da mobilização comunitária no PISA, a fim de fomentar a participação social na garantia do direito à moradia e, como objetivos específicos, fomentar a participação social das lideranças comunitárias, com vistas a fortalecer os espaços de participação já existentes no território; proporcionar à equipe técnica social espaços de discussão sobre mobilização comunitária, a fim de provocar uma reflexão das trabalhadoras sobre a temática; realizar e qualificar atendimentos individuais com as famílias a fim de promover a autonomia e o protagonismo social. Visando atingir estes objetivos, com apoio da supervisão (de campo e acadêmica) e por meio das trocas com a equipe técnica do EGP/PISA, se estabeleceu uma proposta metodológica teórica e prática, com base na perspectiva dialético-crítica. Propôs-se atividades em grupos constituídos por sujeitos que se inter-relacionam no Programa, envolvendo lideranças comunitárias, famílias cadastradas e equipe técnica do EGP/PISA (formada por duas assistentes sociais, uma socióloga e duas acadêmicas de Serviço Social). Prevê monitoramento e avaliação das atividades realizadas, de modo a apreender os resultados, com base na materialização das metas traçadas e elaboração de relatório, considerando os dados e informações do monitoramento. Os resultados serão socializados com as lideranças, equipe técnica e com a população e em Seminário final da supervisão acadêmica do estágio curricular obrigatório II. Com essa sensibilização espera-se que tanto a equipe técnica social do PISA, quanto as lideranças comunitárias e famílias atendidas pelo Programa estejam melhor instrumentalizadas, tanto teórica quanto praticamente, a respeito da importância da mobilização comunitária e da participação social. O projeto está em andamento, podendo considerar que a acadêmica iniciou intervenção com duas famílias cadastradas no Programa que estão na condição de beneficiárias do Aluguel Social, por meio de uma abordagem inicial sobre participação social e a importância do protagonismo e autonomia destas famílias, na luta pela moradia digna.

Palavras-chave: Serviço Social; Estágio Curricular; Direito à moradia